



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ENTIDADES PÚBLICAS INTERMUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2002

Instrução Técnica nº 16/2003



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 16/2003

Regulamenta o Provimento nº 02/2002, quanto à prestação de contas anual, relativa ao exercício financeiro de 2002, dos Consórcios intermunicipais do Estado do Paraná, para fins de verificação do cumprimento do § 5º, do art. 8º, da Lei Complementar Estadual nº 82, de 24/06/98.

I – APLICABILIDADE

Art. 1º - As normas desta Instrução aplicam-se aos Consórcios intermunicipais e entidades congêneres formadas por Municípios do Estado do Paraná, para a realização dos serviços e obras de interesse comum, dispostos no art. 2º, da Lei Complementar nº 82, de 24/06/98.

II - PRAZO

Art. 2º – As prestações de contas das entidades sujeitas à presente Instrução Técnica, relativas ao exercício financeiro de 2002, serão protocoladas junto ao Setor de Protocolo Geral do Tribunal de Contas, até as 19:00 horas do dia 30 de abril de 2003.

Art. 3º – O encaminhamento da prestação de contas poderá ser realizado através do Serviço de Correios, mediante remessa registrada, caso em que será considerada como data de entrega a de postagem na Agência respectiva.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 4º – As prestações de contas das entidades municipais referidas no título I desta Instrução, serão compostas de documentos originais ou de cópias autenticadas pela autoridade competente, mantendo-se na origem cópias da integralidade destes.

III – COMPOSIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 5º – A composição das prestações de contas das entidades intermunicipais está determinada no título II, do Anexo I desta Instrução, constituindo-se de documentos comprobatórios e de demonstrativos padronizados pelo Tribunal de Contas.

Art. 6º – Os elementos constitutivos das prestações de contas deverão compor volumes cuja autuação deverá ser realizada em estrita observância às regras contidas no título I, do Anexo I desta Instrução.

Art. 7º – O Setor de Protocolo, do Tribunal de Contas, não recepcionará Prestações de Contas sem Ofício de Encaminhamento e Índice onde sejam indicadas as numerações das folhas de cada item da Relação de Documentos, contida no Anexo I desta Instrução.

Parágrafo Único - Não se aplicando o documento ao caso específico da entidade, este fato deverá ser declarado na folha de Índice, de acordo com o Modelo constante do Anexo II desta Instrução, mediante indicação da expressão “N/A” em substituição ao número de folhas do documento.

Art. 8º – Ficam instituídos os seguintes relatórios e demonstrativos padronizados, que deverão compor a Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2002:

- 1) Identificação dos Responsáveis pela Prestação de Contas
- 2) Conciliação das Contas Bancárias
- 3) Rendimentos de Aplicações Financeiras
- 4) Recursos de Convênios, Auxílios, Subvenções e Repasses do SUS
- 5) Situação dos Bens Imóveis
- 6) Relação dos Bens Incorporados do Consórcio



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

- 7) Relação dos Bens Desincorporados
- 8) Encargos do Regime Geral de Previdência - INSS
- 9) Contribuições Devidas ao FGTS
- 10) Quadro de Pessoal
- 11) Relação dos Processos de Admissão de Pessoal
- 12) Despesas com Publicidade e Propaganda
- 13) Relação das Licitações e dos Processos de Dispensa/Inexigibilidade
- 14) Relação das Sentenças Judiciais
- 15) Transferências recebidas dos Entes consorciados
- 16) Despesas com Reflexos nos Limites de Gastos com Pessoal e Serviços de Terceiros (Provimento nº 06/2002, item VI.4)
- 17) Detalhes de Contas Genéricas da Receita
- 18) Modelo do Índice

Art. 9º – As respectivas definições de conteúdo, instruções de preenchimento e o *layout* dos Modelos de Relatórios e Demonstrativos, estão descritos no Anexo II, desta Instrução.

Art. 10 – Os Relatórios Padronizados deverão ser impressos e assinados pelo Ordenador da Despesa, além do Contador e/ou responsável pelo Setor Administrativo pertinente, e anexados ao volume documental de acordo com a ordem estabelecida no Anexo I.

IV – DOS RESPONSÁVEIS

Art. 11 – Constitui pré-requisito para o recebimento da prestação de contas anual, a identificação dos responsáveis pela gestão e pela contabilidade da entidade, indicando-se as datas de início e fim dos períodos de responsabilidade.

§ 1º - Deverão estar previamente cadastrados no Sistema de Cadastro do Tribunal de Contas, todos os gestores que responderam pela entidade durante o exercício de 2002, bem como os responsáveis pela contabilidade no mesmo período.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

V – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 – A ausência de qualquer dos elementos exigidos nos termos do Anexo I desta Instrução Técnica, constitui fator determinante de irregularidade formal da prestação de contas, salvo quando expressamente declarada, no índice, a sua inexistência ou inaplicabilidade.

Art. 13 – As entidades intermunicipais ficam obrigadas à manutenção de arquivos em boa ordem, dos documentos comprobatórios que dão suporte às transações contábeis, bem como do Livro Diário da Contabilidade onde serão individualizados os movimentos e transcritos, ao final do exercício, o Balancete Analítico de Verificação e os Anexos de balanço previstos na Lei 4320/64.

Art. 14 – O Tribunal de Contas poderá determinar a realização de auditorias, tendo em vista os dados e documentos apresentados, cujos relatórios serão apensados à prestação de contas anual, servindo como subsídio à respectiva análise técnica e legal.

Art. 15 – Incumbe à Diretoria de Contas Municipais a realização da análise das prestações de contas, e nesse contexto deverá prestar os esclarecimentos técnicos, quanto à elaboração da prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2002.

Cumpra-se.

Curitiba, em 25 de fevereiro de 2003.

Henrique Naigeboren
Presidente